

Plano de Gestão Florestal

Herdade dos Deuses

Concelho de Portel

Duração do PGF: 25 Anos

Sociedade Agro-Florestal do Panasquinho, Lda.

Este plano é composto:

- Documento de Avaliação
- Modelo de Exploração
- Anexo

A veracidade da informação incluída no Documento de Avaliação é assegurada por um Termo de Responsabilidade, em anexo a este Plano de Gestão Florestal e que dele faz parte integrante.

Índice

A – Documento de avaliação	4
1– Enquadramento Social e Territorial	5
1.1 – Caracterização do proprietário e da gestão	5
1.1.1 – Proprietário	5
1.1.2 – Entidade responsável pela gestão	5
1.1.3 – Técnico responsável pela elaboração do PGF	5
1.2 – Caracterização Geográfica	6
1.2.1 – Identificação e inserção administrativa da exploração florestal	6
1.2.2 – Localização e acessibilidade da exploração florestal	6
2 – Caracterização Biofísica da Propriedade	6
2.1 – Relevo e Altimetria	6
2.2 – Clima	7
2.3 – Solos	7
2.4 – Flora, Fauna e Habitats	7
2.4.1 – Espécies cinegéticas	7
2.4.2 – Espécies arbóreas e arbustivas	8
2.4.3 – Séries de vegetação	8
2.5 – Pragas, doenças e infestantes	8
2.6 – Incêndios Florestais, Cheias e outros riscos naturais	9
3 – Regimes legais específicos	10
3.1 – Restrições de utilidade pública	10
3.2 – Instrumentos de planeamento florestal	11
3.3 – Instrumentos de gestão territorial	11
3.4 – Outros ónus relevantes para a gestão	11
3.4.1 – Regime cinegético	11
3.4.2 – Contratos de arrendamento	15
3.4.3 – Outros contratos de arrendamento	15
4 – Caracterização dos recursos	16
4.1 – Infraestruturas florestais	16
4.1.1 – Rede viária florestal	16
4.1.2 – Armazéns e outros edifícios associados à gestão	16
4.1.3 – Infraestruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios	16
4.1.4 – Infraestruturas de apoio à gestão cinegética	17
4.1.5 – Infraestruturas de apoio à silvopastorícia	17
4.2 – Caracterização socioeconómica da propriedade	17
4.2.1 – 1ª Função – Produção	18
4.2.2 – 2ª Função – Silvopastorícia, Caça e Pesca nas águas Interiores	19
4.2.3 – 3ª Função – Proteção	21
4.3 – Evolução histórica da gestão	21
B – Modelo de Exploração	22
1 – Adequação ao PROF	23
1.1 – Contribuição para os objetivos gerais do PROF	23
1.2 – Contribuição para os objetivos específicos da SRH do PROF	23
2 – Caracterização e Objetivos da Exploração	24
2.1 – Caracterização dos Recursos	24
2.2 – Compartimentação da propriedade e delimitação das parcelas	24
2.3 – Componente Florestal	25
2.3.1 – Caracterização das Espécies Florestais, Habitats e Povoamentos	25

2.3.2 – Caracterização de Povoamentos	25
2.4 – Componente Silvopastoril	26
2.4.1 – Caracterização das pastagens	26
2.5 – Componente cinegética, aquícola e apícola	26
3 – Organização da Gestão e zonamento funcional	26
4 – Programas Operacionais	27
4.1 – Programa de gestão da produção lenhosa	27
4.2 – Programa de gestão suberícola	27
4.3 – Programa de Infraestruturas	28
4.4 – Programa de Operações Silvícolas Mínimas	28
C – Calendário de Operações	29
Parcela 1	30
Parcela 2	31
Parcela 3	32
Parcela 4	33
Parcela 6	34
Parcela 8	35
D – Anexos	33
Anexo 1 – Termo de responsabilidade	
Anexo 2 – Planta de Localização	
Anexo 3 – Planta de Condicionantes	
Anexo 4 – Planta de Ocupação do Solo	
Anexo 5 – Planta de Ordenamento	
Anexo 6 – Planta de Infraestruturas	
Anexo 7 – Planta de Enquadramento PROF	
Anexo 8 – Descrição de Operações Passíveis de Execução	
Anexo 9 – Planta de Projetos Antigos	
Anexo 10 – Historial de Aproveitamento e Gestão da Zona de Caça Turística (2007-2009)	
Anexo 11 – Planta de Infraestruturas DFCI	
Anexo 12 – Planta de Historial de Incêndios	
Anexo 13 – Planta de Risco de Incêndio	
Anexo 14 – Planta de Perigosidade de Incêndio Florestal	
Anexo 15 – POG de Sustentação das Podas em Povoamentos de Sobreiro	
Índice de Quadros	
Quadro 1 – Identificação matricial	6
Quadro 2 – Risco espacial de Incêndio	9
Quadro 3 – Restrições de Utilidade Pública	10
Quadro 4 – Projetos antigos	15
Quadro 5 – Contribuição do PGF para as metas da SRH	25
Quadro 6 – Ocupação do Solo	24
Quadro 7 – Caracterização florestal das parcelas/função	25
Quadro 8 – Caracterização dos espaços florestais	25
Quadro 9 – Caracterização da pastagem	26
Quadro 10 – Função da parcela florestal	26
Quadro 11 – Programa de gestão suberícola	27
Quadro 12 – Programa de intervenção em infraestruturas	28
Quadro 13 – Programa de Operações Silvícolas Mínimas	28

A – Documento de Avaliação

1 – Enquadramento Social e Territorial

1.1 – Caracterização do proprietário e da gestão

1.1.1 – Proprietário

Sociedade Agro-Florestal do Panasquinho, Lda.
Rua da Corticeira n.º 34, Apartado 47
4536-902 Mozelos VFR
Telefone: 227 475 800
Email: candido.sousa@apamorim.com

1.1.2 – Entidade responsável pela gestão

Sociedade Agrícola de Cortiças Flocor, S.A.
Rua da Corticeira n.º 34, Apartado 47
4536-902 Mozelos VFR
Telefone: 227 475 800
Email: candido.sousa@apamorim.com

1.1.3 – Técnico responsável pela elaboração do PGF

Bernardo José Mendes Espinho
Floponor, S.A.
Rio de Mel;
6420 – 552 Trancoso;
Contactos: 271 813 324/ 961 567 971
Email: geral@floponor.pt

1.2 – Caracterização geográfica

1.2.1 – Identificação e inserção administrativa da exploração florestal

A exploração florestal a que respeita o plano designa-se de Herdade dos Deuses. Situa-se na União das Freguesias da Amieira e Alqueva, concelho de Portel, distrito de Évora.

Nome do Prédio	N.º de matriz	Área (ha)	Distrito	Concelho	Freguesia
Herdade dos Deuses	1-E	556,87	Évora	Portel	União das Freguesias de Amieira e Alqueva

Quadro 1 – Identificação matricial

1.2.2 – Localização e acessibilidade da exploração florestal

A Herdade dos Deuses enquadra-se administrativamente na União das Freguesias da Amieira e Alqueva, concelho de Portel (Anexo 2).

A nível espacial, enquadra-se entre as seguintes coordenadas limítrofes das folhas das cartas militares (nº 481/ 482/ 490/ 491):

- Coordenada Limítrofe Norte: 152328.836477 m
- Coordenada Limítrofe Sul: 250131.802048 m
- Coordenada Limítrofe Este: 250131.802048 m
- Coordenada Limítrofe Oeste: 244505.928243 m

Visto esta unidade de gestão ser atravessada parcialmente pela EM 538, que liga Portel à Amieira, para chegar ao local basta ir à vila de Portel tomar a EM 538, entre o Km 8 e o Km 9, virar à esquerda em direção ao Peral/Monte Trigo e entra-se na zona SW da unidade de gestão. Seguindo a EM, ao encontrar uma rotunda, tomar a direção da estação elevatória dos Álamos, passa-se a Herdade dos Gregos e mais adiante entra-se na zona NE, uma vez que esta via atravessa a herdade nesta área.

A acessibilidade, será ainda facilitada tendo como apoio uma planta de localização do local em questão.

2 – Caracterização Biofísica da Propriedade

2.1 – Relevo e Altimetria

O relevo da região é predominantemente plano ou aplanado mas a Unidade de Gestão está implantada numa zona mais acidentada que constitui a periferia da Serra de Portel, cuja altitude máxima da herdade alcança os 324 m.

Este acidente geográfico proporciona a existência de declives moderados.

Devido ao reticulado formado pelas linhas de água não existe uma exposição predominante.

2.2 – Clima

Segundo a classificação de Köppen o clima nesta região é do tipo Csa, isto é, clima temperado (mesotérmico) com o Inverno chuvoso e Verão seco (Cs), sendo o Verão, segundo Köppen, considerado quente pois a temperatura média do ar no mês mais quente é superior a 22 °C (a) em todas as estações meteorológicas da região. Por outro lado, o Inverno pode classificar-se como temperado dada a média dos mínimos do mês mais frio ser superior a 3°C.

De acordo com a classificação de Thornthwaite, o clima, nesta região é Mesotérmico sub-húmido seco (C1), com índice hídrico entre 0 e -20.

A análise das precipitações mensais das estações hidrométricas da região indica uma grande irregularidade na distribuição da precipitação ao longo do ano. A chuva concentra-se no período de Outubro a Março. Abril a Junho, são meses de transição enquanto os restantes meses são secos. De acordo com informação do Atlas do Ambiente, a unidade de gestão apresenta uma precipitação média anual de 700 mm, ocorrendo 50-75 dias de chuva ao longo do ano.

A concentração da chuva no período de Inverno e a irregularidade da sua distribuição constitui uma das principais limitações em relação às atividades agrícolas e florestais. Por outro lado, a intensidade de certas chuvas a seguir ao período seco origina condições favoráveis à erosão do solo.

A temperatura média anual ronda os 16 °C em todas as estações meteorológicas da região em análise.

Ao longo do ano a humidade relativa apresenta uma variação importante, 75-80 % (Atlas do Ambiente). Os valores mais baixos da humidade relativa do ar às 9 horas ocorrem nos meses de Julho e Agosto, enquanto os valores mais elevados verificam-se de Novembro a Março.

2.3 – Solos

Os solos de toda a região são fundamentalmente Luvisolos.

Na unidade de gestão dos Deuses podemos encontrar 3 tipos de solo, Luvisolos férricos, Luvisolos rodocrómicos e Litossolos éutricos.

Quanto ao pH, estes caracterizam-se por serem solos predominantemente ácidos (5,6 - 6,5).

2.4 – Fauna, Flora e habitats

2.4.1 – Espécies cinegéticas

Caça menor

I - Mamíferos

Lebre - *Lepus capensis*; Coelho - *Oryctolagus cuniculus*; Raposa - *Vulpes vulpes*; Sacarabos - *Herpestes ichneumon*;

II - Aves

a) Aves sedentárias

Perdiz-vermelha - *Alectoris rufa*;

b) Aves migradoras ou parcialmente migradoras

Pato-real - *Anas platyrhynchos*; Galinha-d'água - *Gallinula chloropus*; Tarambola-dourada - *Pluvialis apricaria*; Abibe - *Vanelius vanellus*; Galinhola - *Scolopax rusticola*; Rola - *Streptopelia turtur*; Codorniz — *Coturnix coturnix*; Pombo-toraz *Columba palumbus*; Tordo—ruivo - *Turdus iliacus*; Tordo-comum - *Turdus philomelos*; Tordeia – *Turdus viscivorus*; Estorninho-malhado - *Sturnus vulgaris*;

Caça maior

Javali - *Sus scrofa*;

2.4.2 – Espécies arbóreas e arbustivas

A principal composição florística consiste em:

Estrato Arbóreo:

Sobreiro (*Quercus suber*); Azinheira (*Quercus ilex*) e Freixos (*Fraxinus angustifolia*)

Estrato Arbustivo:

Esteva (*Cistus ladanifer*), Sargaço (*Cistus salvifolius*) e Tojo (*Ulex* spp.);

2.4.3 – Séries de vegetação

A área deste PGF encontra-se de acordo com a carta biogeográfica de Portugal na região Mediterrânica/ Sub-região Mediterrânica-Occidental/ Superprovíncia Mediterrânica Ibero-Atlântica/ Província Luso-Extremadorense / Sector Mariânico-Monchiquense / Subsector Baixo Alentejano- Monchiquense/ Superdistrito Baixo- Alentejano. São características as áreas planas com algumas serras de baixa altitude onde predominam solos de origem xistosa e granítica. Quase toda a sua área se situa no andar mesomediterrânico subhúmido. Os montados em solo silicioso do Pyro-Quercetum rotundifoliae e os sobreirais do Sanguisorbo-Quercetum suberis são dominantes na paisagem vegetal. São ainda característicos e vulgares os estevais do Genisto hirsutae-Cistetum ladaniferi, o urzal-esteval Erico australis- Cistetum populifolii e os urzais do Halimio ocymoidis-Ericetum umbellatae. Ocorre ainda o giestal Retamo sphaerocarpace-Cytisetum bourgaei. Neste Superdistrito surge, ainda que de modo finícola, o amial Scrophulario-Alnetum glutinosae, sendo o freixial Ficario-Fraxinetum angustifoliae a comunidade mais comum nas ribeiras e linhas de água.

2.5 – Pragas, doenças e infestantes

Após visita de diagnóstico da condição sanitária à propriedade em apreço constatou-se a fragilidade que caracteriza estes povoamentos florestais. De entre os agentes bióticos

identificados destacam-se no âmbito das pragas o plátipo (*Platypus cylindrus*), a limantria (*Portetria dispar*), a cobrilha da cortiça (*Coroebus undatus*) e a cobrilha dos ramos (*Coroebus florentinus*). No grupo das doenças assumem maior relevância o carvão do entrecasco (*Hypoxylon mediterraneum*) e a fitoftora (*Phytophthora* sp).

2.6 – Incêndios Florestais, cheias e outros riscos naturais

Os incêndios florestais têm sido fenómeno recorrente nos últimos tempos. Segundo a cartografia nacional de áreas ardidas dos anos 1990 a 2013 (Anexo 11), disponibilizada pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), durante este período foi registada apenas uma ocorrência em 2003, numa área de 41,05 há, sem prejuízo aparentes.

De acordo com a Carta de Risco de Incêndio Florestal (Anexo 13), a área do PGF apresenta o seguinte risco espacial de incêndio:

Classe	Risco Espacial de Incêndio (%)
I	4,13
II	25,76
III	63,69
IV	5,59
V	0,73

Quadro 2 – Risco espacial de incêndio

Assim, e pelos valores registados para as classes IV e V, podemos considerar que aproximadamente 6,32% da área total da herdade apresenta um risco de incêndio florestal elevado a muito elevado.

No anexo 14 está representada a Perigosidade de Incêndio Florestal para a área do PGF, indicando uma predominância de perigosidade média e muito alta.

Relativamente a outros riscos naturais, não se verifica qualquer indício que conduza a ocorrências desse tipo.

3 – Regimes legais específicos**3.1 – Restrições de utilidade pública**

Condicionantes	Sim	Não	Superfície (ha e %)	Descrição das condicionantes
REN	X		632,56ha (96,00 %)	Os eventuais condicionalismos da REN estão presentes em aproximadamente 58,39 % da área submetida ao Plano de Gestão Florestal. Desta forma, os gestores da área em causa terão o cuidado de: a) Proteger os recursos naturais água e solo, bem como salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre, que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas; b) Prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens; c) Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza.
Sítios arqueológicos		X		Relativamente a condicionantes resultantes da existência de sítios classificados (IPPAR) não foi possível obter a informação necessária e suficiente para identificar de uma forma inequívoca os locais. Os contactos efetuados revelaram-se infrutíferos já que nem a Direção Regional de Évora nem os Serviços Centrais puderam fornecer a informação solicitada (identificação dos sítios classificados e fornecimento da respetiva localização). A informação transmitida foi a de que a listagem e devidas informação anexas estavam em tratamento final, no entanto ainda não podiam ser disponibilizadas ao público em geral. Sendo assim convirá deixar desde já identificada a intenção inequívoca de salvaguarda dos sítios arqueológicos classificados ou a classificar.
Marcos Geodésicos	X			Existem dois marcos geodésicos, um à cota 275 m e o outro na cota 283 m.
Linhas de Transporte de Energia	X		9,70 ha 1,48 %	As linhas de transporte de energia que cruzam a unidade de gestão, serão tidas em conta no que respeita à sua proteção contra eventuais fogos florestais.

Quadro 3 – Restrições de utilidade pública (Anexo 3)

3.2 – Instrumentos de planeamento florestal

A exploração engloba-se geograficamente no PROF do Alentejo Central, sub-regiões homogéneas de Alqueva e envolventes e Serra de Ossa e Portel (Anexo 7).

De acordo as diretrizes presentes no P.R.O.F. do Alentejo Central, pretende-se com a elaboração deste P.G.F. tirar partido de alguns dos pontos fortes estabelecidos para esta região, nomeadamente:

- Elevado potencial para expansão da atividade cinegética;
- Elevado potencial para a produção de produtos lenhoso;
- Presença de áreas com potencialidades para a produção de produtos não lenhosos;

O Plano Diretor Municipal de Portel, é outros dos instrumentos que serviu de apoio no planeamento florestal deste PGF.

3.3 – Instrumentos de gestão territorial

Ao nível da gestão territorial a área insere-se no Plano Diretor Municipal de Portel, no qual são definidas as metas a alcançar pelo município nos domínios do desenvolvimento económico e social nas suas relações com o ordenamento do território.

3.4 – Outro ónus relevantes para a gestão

3.4.1 – Regime cinegético

A Herdade dos Deuses integra na Zona de Caça Turística da Herdade do Deuses (Processo n.º 4573 – ICNF).

No cômputo geral a entidade gestora tem efetuado repovoamentos com perdizes para além de ações de manutenção das condições para um normal desenvolvimento das restantes espécies objeto de ordenamento, nomeadamente a lebre, o coelho, as raposas, os saca-rabos, os patos, as galinhas de água, a tarambola-dourada, a galinhola, as rolas, a codorniz, os pombos os tordos, as narcejas, o javali, o veado e o gamo. A evolução preconizada para a ocupação de solo tem sido implementada, tendo sido um dos pressupostos de integração de ações neste plano.

Assim sendo, todas as ações de instalação e condução dos povoamentos deverão contribuir para introduzir uma melhoria ao nível dos habitats existentes e, se possível recriar outros sempre que se justifique, permitindo a formação de pequenas discontinuidades nos níveis arbóreos e arbustivo, criando um mosaico, em que os matos altos contrastam com zonas sem mato, e com os montados de sobre e azinho, criando zonas de abrigo e refúgio que alternam com os locais de alimentação.

Deste modo, todas as ações executadas devem considerar o Plano de Ordenamento cinegético da área em causa, devendo ser fomentada, nomeadamente:

- A manutenção dos povoamentos de folhosas autóctones (*Quercus ilex*, e *Quercus suber*), além do potencial produtivo que sustentam, é essencial do ponto de vista cinegético, uma vez que em geral têm mais interesse do que outras espécies na supressão das necessidades alimentares de várias espécies, nomeadamente os veados e javalis;
- A instalação de pequenas pastagens de gramíneas e leguminosas, poderá constituir uma boa forma de suprir as necessidades alimentares de algumas das espécies mais exigentes como as perdizes.
- A prática de desmatamentos, (roço de matos em faixas) em zonas com material muito envelhecido, lenhificado e de baixo valor alimentar, de forma a provocar o rebentamento de plantas novas, preferidas pelas espécies cinegéticas, uma vez que são mais nutritivas e palatáveis.

A - Identificação e caracterização da ZCT – Processo nº4573-DGF

Espécies cinegéticas ocorrentes

De acordo com o anexo a que se refere o nº1 do artigo 21º do Decreto-Lei 136/96, de 14 de Agosto, apresentam-se seguidamente algumas das espécies cinegéticas ocorrentes na área em estudo, todas elas comuns ou abundantes, as quais serão identificadas- A:

Caça menor

I - Mamíferos

Lebre - *Lepus capensis*; Coelho - *Oryctolagus cuniculus*; Raposa - *Vulpes vulpes* (A); Saca-rabos - *Herpestes ichneumon*;

II - Aves

a) Aves sedentárias

Perdiz-vermelha - *Alectoris rufa* (A) ; Gaio - *Garrulus glandarius*

b) Aves migradoras ou parcialmente migradoras

Pato-real - *Anas platyrhynchos*; Galinha-d'água - *Gallinula chloropus*; Tarambola-dourada - *Pluvialis apricaria*; Abibe - *Vanelius vanellus*; Galinhola - *Scolopax rusticola*; Rola - *Streptopelia turtur*; Codorniz — *Coturnix coturnix*; Pombo-toraz *Columba palumbus*; Tordo—ruivo - *Turdus iliacus*; Tordo-comum - *Turdus philomelos* (A); Tordeia — *Turdus viscivorus*; Estorninho-malhado - *Sturnus vulgaris* (A);

Caça maior

Javali - *Sus scrofa*; Veado (*Cervus elaphus*) e Gamo (Dama dama)

Controle de predadores

A satisfatória evolução das populações cinegéticas não é viável sem se recorrer a práticas de controle de predadores, incluindo a erradicação de todos os cães e gatos vadios, de acordo com o legislado. Ao abrigo do artigo 95º do Decreto-Lei nº 136/96, a entidade concessionária poderá requerer à Direcção-Geral das Florestas a execução ou permissão para execução do seguinte tipo de controlo de predadores;

- a) Controle de raposas, com armadilhas de caixa ou a tiro. pelo processo de espera;
- b) Controle de saca-rabos, com armadilhas de caixa ou a tiro, pelo processo de espera;
- c) Controle de gralhas-pretas e gaios, com armadilhas seletivas ou a tiro, de salto e á espera.

Para além destas ações de controlo, poderá igualmente ser requerida à Direção Geral das Florestas a execução ou a permissão de execução de outras ações de correção de densidade de populações de outras espécies cinegéticas

A não autorização da realização das ações de correção atrás referidas desvincula a entidade concessionária da obrigação de indemnização por danos causados nos próprios terrenos e em terrenos vizinhos pelas populações que se pretendiam controlar.

Repovoamentos de caça

A entidade gestora da zona de caça tem vindo a realizar, nos últimos anos, ações de repovoamento de perdizes. É provável que a evolução das populações destas espécies justifique a realização de novos repovoamentos, os quais, caso se verifiquem, serão realizados de acordo com a legislação vigente.

Ações específicas

Seguidamente, enunciam-se algumas das espécies cinegéticas objeto de exploração e respetivas ações de ordenamento preconizadas.

A lebre poderá ser fomentada nas zonas mais planas e abertas onde encontra habitat adequado, constituindo uma atrativa espécie cinegética.

O coelho encontra na área em apreciação boas condições de desenvolvimento. Esta espécie, frequentemente considerada de menor valor cinegético, continua a assumir extraordinária importância económica, ecológica e social.

A perdiz é sem dúvida uma das espécies de caça menos ocorrentes, que apresenta maior interesse cinegético. As condições naturais existentes e a perfeita proteção da população, podem permitir a obtenção de quantitativos significativos.

Tendo em vista a maximização da população desta espécie é de referir o interesse que terá a existência de searas, particularmente as de tritcale, trigo ou cevada, por forma a proporcionar alimento e coberto adequado às necessidades da perdiz. Ter-se-á sempre o cuidado de adaptar as épocas de trabalho de intervenção agrícola ao ciclo biológico da perdiz e sempre que se recorra à utilização de produtos fitossanitários dever-se-á preservar uma faixa de 4 metros em redor dos campos a tratar para que nela se desenvolvam as plantas que servem de suporte aos insetos indispensáveis aos perdigotos na sua fase de vida inicial. Como meio de proteção e estímulo ao êxito de nidificação, dever-se-ão instalar tufos de coberto disseminados de 200 em 200 metros nas áreas mais limpas e proceder a um correto manejo do mato, assegurando a manutenção de pequenas manchas que funcionem como locais de abrigo.

Os patos encontram boas condições de fixação nas albufeiras e em algumas linhas de água. Tendo em vista a maximização das suas populações dever-se-á proceder à melhoria do coberto de nidificação através da intervenção na vegetação ribeirinha. É igualmente aconselhável fomentar o enriquecimento da fauna e flora aquática que lhes servem de suporte.

As rolas ocorrem na região em quantidades capazes de viabilizar a sua exploração, fruto da existência de zonas de alimentação e abrigo. As culturas de gramíneas e girassol funcionam como medidas atrativas destas aves pelo que se considera aconselhável disseminá-las, sempre que possível. Tendo em vista a concentração de bandos de rolas antes de se verificar a sua migração de regresso à África, dever-se-ão assegurar boas condições de tranquilidade.

A codorniz ocorre em números significativos. Os quantitativos fixados poderão ser alargados se aumentar a superfície de culturas agrícolas que conduzam a um incremento das áreas

semeadas de cereais e de regadio e se retardarem as ceifas nas searas localizadas perto dos principais pontos de água.

Os tordos ocorrem em elevado número na região. Beneficiando da existência de olivais áreas florestais, que funcionam como zonas de alimentação e abrigo, prevê-se a criação de postos de qualidade, desde que se mantenham as necessárias condições de tranquilidade.

As populações de narcejas poderão ser incrementadas mediante o correto aproveitamento das áreas inundáveis, o qual passa pela regulação do alargamento dessas superfícies e pelo fomento da alimentação nas épocas convenientes de Inverno. Para alcançar uma maior fixação destas aves deve-se ter em consideração que a caça de batida lhes proporciona mais tranquilidade que a caça de salto.

O javali, ocorrente na região, poderá ser incrementado mediante a criação criteriosa de cevadouro nas suas proximidades.

As populações de veado (*Cervus elaphus*) e de gamo (*Dama dama*) presentemente existentes poderão ser mantidas graças ao desenvolvimento de algumas ações específicas sobre o habitat. Além das culturas destinadas à caça, a poda de azinheiras e sobreiros quando realizada convenientemente, mostra-se vantajosa por assegurar um aumento de produção de lande. A prática desta ação deverá ocorrer por forma a que as ramas possam ser aproveitadas pelos animais nas épocas de maior carência de alimento. Para um conhecimento detalhado das populações é indispensável o recurso a contagens junto dos comedouros e bebedouros durante os períodos de menores disponibilidades de comida ou de água, a elaboração de estimativas efetuadas durante a época dosaios e a realização de amostragens para avaliação das relações macho/fêmea e adulto/juvenil.

É objetivo da entidade concessionária garantir a sustentabilidade de um número da ordem dos 1500 exemplares. Neste sentido, efetua-se abate seletivo anual de 350 a 400 reses (50% de adultos e 50% de jovens), sensivelmente tantos machos quanto fêmeas.

Quanto ao gamo estima-se a presença de 150 indivíduos. O abate deverá respeitar, relativamente à estrutura populacional, as mesmas proporções indicadas para o veado.

B - Ações de apoio à gestão na ZCT

Em resumo poderemos identificar uma série de ações a realizar, tendo como objetivo a gestão da zona de caça turística, numa perspetiva de sustentabilidade. Tais intervenções, que identificamos como ações de apoio à gestão na ZCT, serão as seguintes:

- Podas de formação e podas de rejuvenescimento para incrementar a produção de lande e bolota.
- Censos da fauna;
- Ações de repovoamento;
- Marcação de árvores mortas;
- Execução de searas (triticale, trigo ou cevada) consociadas com leguminosas;
- Como complemento das searas poderão ser efetuadas culturas para caça em pequenas manchas ou faixas;
- Controlo de surtos de mixomatose no coelho;
- Constituição de luras artificiais para coelho;

As ações serão desenvolvidas de três em três anos e sempre que necessário anualmente. De referir desde já que as podas deverão ser regradas, nunca colocando em risco a árvore. A

periodicidade das podas de rejuvenescimento deverá ser de 10 anos. A monitorização apoiará a tomada de decisão da época e altura da necessidade de intervenção

C - Aproveitamento Apícola

A flora apícola existente nos estratos arbóreo e arbustivo da Unidade de Gestão, caracterizada por uma grande diversidade florística, proporciona às abelhas flores durante todo o ano, pelo que se podem equacionar no futuro ações no âmbito de um maior aproveitamento deste recurso.

D - Aproveitamento de Matos

Apesar de os matos se caracterizarem por ter grande volume por tonelada, o que implica ter de recolher e transportar grandes volumes, para um ganho energético relativamente modesto deve ser encarada a possibilidade de no futuro ser possível obter rendimentos substanciais derivados da exploração de matos para a produção de energia.

No entanto, todas as ações executadas no âmbito da exploração de biomassa para energia devem salvaguardar a proteção dos solos e a conservação da biodiversidade. Assim:

- Para assegurar a conservação da biodiversidade apela-se a uma estrutura diversificada das florestas, o que passa por ter alguma presença de matos em diferentes fases de desenvolvimento, estando assim seriamente limitada a disponibilidade de matos para produção de energia;
- Para assegurar a proteção do solo contra a erosão e permitir o fecho do ciclo de nutrientes, sem recurso a adubações extensivas, apela-se a uma cobertura permanente do solo e à restituição do máximo possível de matéria orgânica, o que passa por incorporar os matos e resíduos de exploração no solo, e não a sua recolha e transporte para fora da floresta.

3.4.2 – Contratos de arrendamento

Na Herdade dos Deuses, não existem contratos de arrendamento celebrados.

3.4.3 – Outros contratos de arrendamento

Programa de Apoio	N.º Projeto	Data Inicio	Data Fim
AGRO 02	02.60.002055.0	31-03-2003	20-12-2004
RURIS	03.61.001018.7	17-11-2003	09-02-2005

Quadro 4 – Projetos antigos (Anexo 9)

4 – Caracterização dos recursos

4.1 – Infraestruturas florestais

4.1.1 – Rede viária florestal

A rede viária florestal (ANEXO 6) da Herdade dos Deuses é composta por caminhos florestais e por estradas, Municipal e Real, que interseitam a propriedade. Os caminhos, servem para dar passagem, a praticamente todo o tipo veículos e para compartimentação florestal, enquanto o estradão, que divide a herdade em duas partes, têm como principal função permitir o acesso à outras propriedades privadas, que lhes são contíguas.

Esta encontra-se distribuída uniformemente por toda a Unidade de Gestão.

A rede viária florestal existente tem 56,22 km de extensão.

A rede de infraestruturas encontra-se em bom estado de conservação e transitabilidade.

Sempre que necessários estes caminhos são intervencionados para melhorar a circulação das viaturas dos trabalhadores e gestores locais e também das viaturas de apoio ao combate aos fogos florestais, sempre que necessário.

4.1.2 – Armazéns e outros edifícios associados à gestão

Apesar de existir área edificada na unidade de gestão, esta não serve de apoio à gestão, devido ao seu estado de degradação.

4.1.3 – Infraestruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI)

Faixas de Gestão de Combustíveis

No que respeitas às medidas de DFCI, no anexo 11 estão identificadas as medidas planeadas ao nível da:

Rede secundária

A rede secundária abrange uma área total de intervenção de 40,75 ha, sendo formada por:

- Rede viária municipal - intervenção numa faixa lateral, com 10m de largura para cada lado.
- Linhas de transporte de energia - intervenção numa faixa lateral, com 15 m de largura (7,5 m para cada lado do centro da linha).
- Área social e Pontos de água - intervenção numa faixa lateral, com 50 m de largura em seu redor.
- Marcos geodésicos – intervenção numa faixa de com uma largura mínima de 30 m.

Rede Terciária

A rede terciária totaliza uma área de intervenção de 69,51 ha, na qual se enquadra a rede viária florestal, com intervenção numa faixa lateral, com a largura de 10 m para cada lado.

Pontos de água

Na Herdade existem 13 pontos de água (charcas) que podem servir para o abastecimento dos meios terrestres e aéreos de combate aos incêndios florestais.

Rede de vigilância e deteção de incêndios

A área do PGF, não se encontra abrangida por quaisquer meios de deteção de incêndios.

É de referir, que não foi possível fazer o enquadramento da Herdade dos Deuses com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Portel, pois de acordo com informação deste Município o referido plano não se encontra aprovado.

4.1.4 – Infraestruturas de apoio à gestão cinegética

Uma vez que a unidade de gestão em causa se encontra inserida numa Zona de Caça Turística (Nº 4573), encontram-se distribuídos pela área alguns comedouros que servem essencialmente para a alimentação dos núcleos de perdiz que aí habitam.

Estas infraestruturas encontram-se protegidas por forma a evitar que as espécies de caça maior as utilizem e vandalizem.

Todas as ações de instalação e condução dos povoamentos deverão contribuir para introduzir uma melhoria ao nível dos habitats existentes e, se possível recriar outros sempre que se justifique, permitindo a formação de pequenas descontinuidades nos níveis arbóreos e arbustivo, criando um mosaico, em que os matos altos contrastam com zonas sem mato, e com os montados de sobreiro e azinho, criando zonas de abrigo e refúgio que alternam com os locais de alimentação.

4.1.4 – Infraestruturas de apoio à silvopastorícia

Visto existirem áreas destinadas à pastagens de gado bovino, as infraestruturas que serve de apoio são os pontos de água instalados nestas áreas.

4.2 – Caracterização socioeconómica da propriedade

Para a Unidade de Gestão da Herdade dos Deuses, devido à importância da % de área ocupada com povoamentos de sobreiro ou mistos de sobreiro, foi definida como 1.ª função a Produção de Cortiça.

Da mesma forma, pela importância económica da atividade cinegética e, com menor expressão, da atividade silvopastoril, foi definida como 2.ª função a Silvopastorícia e a Caça.

Apesar da área em causa não estar situada em área com estatuto de conservação especial a elevada importância ecológica dos montados de sobro e azinho determinou que fosse estabelecida a Proteção como 3.ª função dominante para este espaço.

4.2.1 – Função Produção

Visto esta ser a primeira função definida para esta unidade de gestão e se tratar de uma área de montado a principal sub-função é a Produção de Cortiça. Assim foram estabelecidos como objetivos da gestão e intervenções florestais principais a condução do montado e a manutenção da sanidade vegetal.

Condução do montado:

Normas de intervenção ativa

- O descortiçamento deve ser executado por operadores especializados, de forma a evitar feridas nos sobreiros que prejudiquem tanto a sanidade da árvore como as extrações futuras;
- O descortiçamento deve efetuar-se durante o período de atividade do câmbio suberofelodérmico da árvore, geralmente entre Maio e Julho, podendo encurtar-se ou prolongar-se conforme as condições climáticas do ano, a latitude, a exposição, a maior ou menor humidade do solo e outros fatores ecológicos com reflexos na atividade fisiológica das árvores;
- A poda dos sobreiros deve ser encarada e planeada como uma operação cultural realizada na perspetiva da sobrevivência das árvores e do seu rendimento em cortiça, não na perspetiva de obtenção de outros rendimentos do montado, secundários em termos económicos. A operação pode ser delineada de acordo com três funções distintas: 1) poda de formação; 2) podas de conformação; 3) poda de rejuvenescimento.

Restrições

- De acordo com a legislação em vigor, a extração da cortiça deve ser realizada a pau batido, estando a extração a meças proibida a partir de 2030;
- A atividade extrativa deve ser imediatamente suspensa – na árvore ou em todo o povoamento, em função da análise de cada situação concreta – sempre que, ao fazer-se a extração, se detete a presença de câmbio súbero-felodérmico aderente à prancha de cortiça. A retoma da extração pode efetuar-se apenas quando se puder garantir uma boa separação entre a prancha extraída e aquele câmbio;
- Em condições de previsão climática apontando para eventos extremos de precipitação ou de seca, deve ser sempre ponderado o adiamento das operações de descortiçamento, a fim de garantir que não sejam causados danos irreversíveis no câmbio;
- Nos montados de sobro e azinho só são permitidas as mobilizações do solo que não afetem as raízes das árvores ou a regeneração natural;
- São imperativamente de evitar as decapitações de árvores, o corte de ramos de grande diâmetro e o esgaçamento de cortes, devendo todas as operações de poda ser

executadas com cortes lisos e inclinados, perto da zona de inserção do ramo podado, mas respeitando a coroa de tecidos responsáveis pela cicatrização dos cortes;

- Não utilizar grades pesadas nas gradagens de modo a não afetar as raízes nem a regeneração natural.

Manutenção da Sanidade Vegetal

Sempre que se proceda a regeneração artificial e seja previsível a possibilidade de ocorrência de herbívora, é recomendável proteger a regeneração nos primeiros tempos de vida, dado a tendência atual para se utilizarem na regeneração densidades mais baixas do que no passado, bem como sementes e plantas selecionadas, mais dispendiosas.

Nas situações em que, por haver sobreposição de espaços florestais com os sujeitos a ordenamento cinegético, sejam de recluir danos nas árvores provocados pelas espécies cinegéticas, recomenda-se que seja ponderado o controlo dos efetivos populacionais das espécies cinegéticas.

Em alternativa ou complemento à norma de intervenção ativa acima mencionada, no caso de se pretender proteger arborizações, áreas de regeneração natural ou determinadas espécies, recomenda-se o recurso aos métodos de proteção abaixo mencionados:

- A) Métodos de proteção natural;
- B) Métodos de proteção individual das plantas;
- C) Métodos de proteção total das parcelas.

Além das normas gerais, são ainda de evidenciar no caso dos montados as seguintes medidas preventivas:

- Não efetuar mobilizações do solo que não sejam estritamente necessárias;
- No caso de serem indispensáveis desmatamentos, privilegiar para a sua execução o recurso a roçadoras, ponderando sempre a possibilidade de proceder apenas a eliminações seletivas da vegetação sob coberto;
- Só recorrer a gradagens quando o declive é reduzido;
- Desinfetar com produtos adequados os equipamentos e materiais usados em povoamentos em mau estado sanitário.

4.2.2 – Função Silvopastorícia e Caça

A caça, como todas as atividades lúdicas e que, para além disso, se oferecem como recurso turístico, tem uma procura crescente. A proteção das espécies, o ordenamento das áreas de caça e a formulação de regras que estabeleçam um regime de condicionamento da caça são medidas indispensáveis para harmonizar comportamentos e conciliar os direitos dos empresários, as pretensões dos caçadores e o interesse público. Sendo esta a 2ª função dominante na unidade de gestão foi definido como sub-função o suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas.

Objetivos da gestão e intervenções florestais principais a considerar no âmbito do planeamento florestal para a função de suporte da caça:

- a) Melhoria das condições de habitat, de alimentação e de proteção

Para as espécies de caça menor o ideal são os espaços abertos com pastagens e culturas agrícolas tradicionais, ponteados com pequenos bosquetes e manchas de matos. Para as espécies de caça maior deve haver um aumento significativo de áreas mais fechadas, tanto de estrato arbustivo como arbóreo. As espécies florestais a fomentar e/ou explorar devem ser escolhidas de acordo com a sua capacidade de fornecer alimento e proteção, bem como com a sua capacidade de recuperação face aos danos provocados. Deve procurar-se uma proporção harmoniosa entre folhosas e resinosas em povoamentos mistos. As primeiras oferecem alimento para os grandes mamíferos, sob a forma de folhas, gomos e frutos (os ramos de folhosas são geralmente mais ricos em nutrientes e são mais apreciados pelos animais do que os de coníferas). Nas orlas das florestas com outros usos do solo, as condições de transição entre biótopos propiciam uma maior diversidade florística e faunística. A água é um elemento determinante da manutenção da fauna em meio florestal. Em regiões de fraca pluviosidade e de

período estival alargado, nomeadamente em clima mediterrânico, ou de solo arenoso onde os pontos de água são inexistentes ou pouco frequentes, terá de se proceder à instalação de charcas artificiais. A localização, distribuição e distanciamento dos pontos de água são fatores a ter em consideração e devem ser colocados com base no comportamento das espécies animais (ex: capacidade de deslocação), nas suas necessidades, nas densidades pretendidas e na totalidade de área a beneficiar.

b) Fornecimento de alimento

Se nos povoamentos florestais o alimento for uma condicionante à presença de espécies cinegéticas, o fornecimento de alimento deverá ser uma medida de gestão a considerar através da criação de postos de abastecimento (comedouros). Estes devem ser colocados preferencialmente num local calmo, com solo bem drenado e facilmente acessível para um aprovisionamento posterior.

c) Manutenção da sanidade animal

A manutenção da sanidade pode ser preconizada através da implementação de algumas medidas:

- Controlar o estado higiénico das explorações e suas envolventes;
- Controlar os cães e gatos assilvestrados;
- Restringir e controlar os locais de passagem de gado;
- Remover o lixo dos cursos de água e suas margens;
- Sempre que seja detetado um surto de doença, deve ser interdita a caça a essa espécie e só vir a ser autorizada após recuperação, confirmada pelos serviços oficiais, da espécie referenciada;
- Controlar as condições sanitárias das explorações de criação em cativeiro, assim como a pureza genética dos animais a repovoar;
- Proceder a autópsias periódicas de animais mortos nas explorações (pode-se dizer que diariamente morrem animais nestas explorações, sendo importante conhecer as causas de morte).

4.2.3 – Função Proteção

Sendo a função de Proteção a 3ª função da unidade de gestão, foi definida como sub-função principal a Conservação de Habitats classificados. Desta forma foi co estabelecido como objetivo da gestão e das intervenções florestais o fomento e manutenção de habitats de grande valor natural.

Os objetivos de gestão devem ter em conta os seguintes pontos:

- Salvar e conduzir ativamente as áreas de maior interesse ecológico, nomeadamente maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones, integrantes de ecossistemas florestais de elevado interesse biológico, nomeadamente povoamentos de sobreiro e azinheira e matos de vegetação natural;
- Privilegiar a regeneração natural dos povoamentos florestais e outras formações lenhosas naturais em habitats classificados, designadamente em todas as situações em que seja de admitir que esteja a ocorrer ou possa vir a ocorrer de forma previsível a redução da sua representatividade;
- Conservar e fomentar as espécies florestais autóctones melhor adaptadas;
- Manter/criar um mosaico de compartimentos de diferentes idades, oferecendo melhores condições de habitat para a fauna e flora;
- Manter parcelas com o mínimo de intervenção, limitado ao assentamento de cortes de higiene e sanidade, numa percentagem razoável da propriedade florestal;
- Deve manter-se o máximo de vegetação espontânea compatível com os objetivos do ordenamento.

4.3 – Evolução histórica da gestão

Os projetos RURIS 03, consistiram na reconversão de área agrícolas em áreas de montado.

O projeto AGRO 02, consistiu na beneficiação do povoamento, nomeadamente no controlo dos matos, adensamento de clareiras, podas de formação, adubação, tremocilha e calcário.

Ao nível das infraestruturas, efetuou-se a beneficiação dos caminhos e aceiros existentes.

B – Modelo de Exploração

1 – Adequação ao PROF

PROF – Alentejo Central

Sub-Região Homogénea

Alqueva e envolventes

Serra de Ossa e Portel

1.1 – Contribuição para os objetivos gerais do PROF

De acordo com o que está enunciado no Decreto-Lei n.º 205/99, de 9 de Junho, e atendendo aos vários condicionalismos existentes, o Plano de Gestão Florestal (PGF) para a Herdade dos Deuses visa estabelecer normas específicas de intervenção sobre a ocupação e utilização deste espaço florestal, promovendo a produção sustentada de bens e serviços por ele fornecidos, através da:

- Melhoria em termos quantitativos e qualitativos dos níveis da produção de cortiça, pelo estabelecimento de um programa de operações que melhore o potencial produtivo dos povoamentos de sobreiro existentes;
- Melhoria da qualidade ambiental e estética da paisagem pela reconstituição de um espaço florestal mais estável, mais diversificado e mais próximo dos sistemas naturais;
- Implementação de medidas que sustentem o declínio do montado de sobreiro e azinho;
- Execução de práticas que garantam a reconstituição e a valorização do habitats natural 6310 - Montados de *Quercus* spp. com estatuto de proteção em diplomas nacionais e europeus.

1.2 – Contribuição para os objetivos específicos da SRH do PROF

Nesta sub-região os espaços florestais devem especialmente contribuir para atingir os seguintes objetivos específicos:

- Recuperar os espaços florestais através da arborização com espécies de elevado potencial produtivo;
- Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente o medronho, o mel, os cogumelos e as ervas aromáticas e medicinais;
- Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a actividade apícola e integrar a actividade na cadeia de produção de produtos certificados;
- Sensibilizar os proprietários para o correcto aproveitamento de matos e resíduos florestais para fins energéticos;
- Desenvolver a actividade silvopastoril;
- Aumentar a actividade associada à caça, enquadrando-a com a actividade silvopastoril e conservação;
- Reduzir a continuidade horizontal de vegetação para minimizar a propagação do fogo;
- Controlar e mitigar os processos associados à desertificação;

- Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão;
- Recuperar os espaços florestais que apresentem baixa vitalidade;
- Adequar os espaços florestais à crescente procura de actividades de recreio e de espaços de interesse paisagístico.

Contribuição para as metas da SRH	Vigência do PGF	
	Início	Final
% de espaços florestais	82,50	95,00
% de arborização	82,50	95,00
% composição florestal		
Sobreiro	46,00	60,00
Azinhreira	9,00	9,00

Quadro 5 – Contribuição do PGF para as metas da SRH

2 – Caracterização e Objetivos da exploração

2.1 – Caracterização dos Recursos

2.2 – Compartimentação da propriedade e delimitação das parcelas

Na área proposta a P.G.F., e uma vez que a ocupação do solo é pouco diversificada, considerou-se como talhão o limite da área do PGF. Por sua vez, este foi ainda dividido em parcelas, tendo por base a ocupação do solo e as características silvícolas (Anexo 4 e 5):

Ocupação do Solo	Parcelas	Área	
		ha	%
Floresta	1; 2; 3; 5 e 8	542,66	82,56
Agrícola	7	38,58	5,87
Inculto	4; 6 e 9	57,24	8,71
Área Social		17,01	2,59
Águas Interiores		1,77	0,27
	Total	657,26	100,00

Quadro 6 – Ocupação do solo

Parte da área classificada como pastagem (parcelas 4 e 6), será alvo de arborização com sobreiro, com introdução de rega gota a gota.

2.3 – Componente Florestal

2.3.1 – Caracterização das Espécies Florestais, Habitats e Povoamentos

Talhão	Parcela	Tipo de povoamento	Descrição das espécies	Área (ha)	Função desempenhada
1	1	Misto regular	Sobreiro	146,63	Produção de cortiça
2	2	Puro regular	Sobreiro	109,61	Produção de cortiça
	3	Misto regular	Sobreiro	46,43	Produção de cortiça
3	5	Puro regular	Azinheira	62,31	Produção de cortiça
4	8	Puro regular	Sobreiro	177,48	Produção de cortiça

Quadro 7 – Caracterização florestal das parcelas/Função

2.3.2 – Caracterização de Povoamentos

Parcela	Área (ha)	Espécie	Composição	Regime e Estrutura	Modo de Tratamento	Idade	% de coberto	Densidade	Altura dominante (m)	DAP médio (cm)
1	146,63	Sobreiro	Misto	Alto Fuste Regular	Pau Batido	60-70	60	150	5-6	20-30
2	109,61	Sobreiro	Puro	Alto Fuste Regular	Pau Batido	6	60	250	1-2	3-4
3	46,43	Sobreiro	Misto	Alto Fuste Regular		60-70	60	150	5-6	30-40
5	62,31	Azinheira	Puro	Alto Fuste Regular	Pau Batido	60-70	60	100	5-6	30-40
8	177,48	Sobreiro	Puro	Alto Fuste Regular	Pau Batido	60-70	60	200	7-8	30-40

Quadro 8 – Caracterização dos espaços florestais

2.4 – Componente Silvopastoril

A parcela 5, serve de apoio à atividade silvopastoril, utilizada para parqueamento de gado bovino (efetivo de 100 animais) por períodos curtos.

2.4.1 – Caracterização das pastagens

Parcelas	Área (ha)	Ocupação arbustiva/ herbácea	Altura dominante	Observações
5	62,31	Sargaço, gramíneas e leguminosas diversas	30-40 cm	A vegetação herbácea é mais abundante nos períodos da Primavera e Outono

Quadro 9 – Caracterização das pastagens

2.5 – Componente cinegética, aquícola e apícola

Visto que a área do plano estar inserida numa ZCT, as intervenções relacionadas com a atividade cinegética são da responsabilidade da entidade gestora da mesma.

Apesar de não ser explorada a atividade apícola, na herdade podemos encontrar alguma flora melífera como a esteva (*Cistus ladanifer*) e o sargaço (*Cistus salvifolius*).

3 – Organização da gestão e zonamento funcional

Parcela	Área (ha)	Sub-função/ Objectivos	Tipo de povoamento	Função desempenhada
1	146,63	Produção de Cortiça	Misto regular	Sb2 - Povoamento conduzido para produção de cortiça.
2	109,61	Produção de Cortiça	Puro regular	Sb4 - Povoamento conduzido para produção de cortiça.
3	46,43	Produção de Cortiça	Misto regular	Sb2 - Povoamento conduzido para produção de cortiça.
5	62,31	Silvopastorícia	Puro regular	Az6 - Povoamento para apoio à silvopastorícia.
8	177,48	Produção de Cortiça	Puro regular	Sb4 - Povoamento conduzido para produção de cortiça.

Quadro 10 – Função da parcela florestal

4– Programas Operacionais

4.1 – Programa de gestão da produção lenhosa

Na área do PGF e pela sua ocupação do solo, não existe atividade de produção de lenho.

4.2 – Programa de gestão suberícola

Parcelas	Área (ha)	Ano	Natureza da Intervenção	Descrição das Operações	Observações
1	146,63	2013	Extração	Extração em pau batido	Cortiça amadia
1	146,63	2023	Extração	Extração em pau batido	Cortiça amadia
1	146,63	2033	Extração	Extração em pau batido	Cortiça amadia
1	146,63	2028	Extração	Extração em pau batido	Cortiça virgem
2	109,61	2026	Extração	Extração em pau batido	Cortiça virgem
2	109,61	2036	Extração	Extração em pau batido	Cortiça secundeira
3	46,63	2013	Extração	Extração em pau batido	Cortiça amadia
3	46,63	2023	Extração	Extração em pau batido	Cortiça amadia
3	46,63	2033	Extração	Extração em pau batido	Cortiça amadia
3	46,63	2028	Extração	Extração em pau batido	Cortiça virgem
4	33,55	2030	Extração	Extração em pau batido	Cortiça virgem
6	22,38	2034	Extração	Extração em pau batido	Cortiça virgem
8	177,48	2013	Extração	Extração em pau batido	Cortiça amadia
8	177,48	2023	Extração	Extração em pau batido	Cortiça amadia
8	177,48	2033	Extração	Extração em pau batido	Cortiça amadia
8	177,48	2028	Extração	Extração em pau batido	Cortiça virgem

Quadro 11 – Programa de gestão suberícola

4.3 – Programa de Infraestruturas

Tipo de Intervenção	Ano	Localização (Parcelas)	Observações
Ações de apoio à gestão cinegética	2010	1; 2; 3; 4; 8	As ações de apoio à gestão cinegética são da responsabilidade dos gestores da ZCT.
	2013	1; 2; 3; 4; 8	
	2016	1; 2; 3; 4; 8	
	2019	1; 2; 3; 4; 8	
	2022	1; 2; 3; 4; 8	
	2025	1; 2; 3; 4; 8	
	2028	1; 2; 3; 4; 8	
	2031	1; 2; 3; 4; 8	
	2034	1; 2; 3; 4; 8	
	2010	1; 2; 3; 4; 6; 8	
Beneficiação de infraestruturas	2010	1; 2; 3; 4; 6; 8	
	2014	1; 2; 3; 4; 6; 8	
	2018	1; 2; 3; 4; 6; 8	
	2022	1; 2; 3; 4; 6; 8	
	2026	1; 2; 3; 4; 6; 8	
	2030	1; 2; 3; 4; 6; 8	
	2034	1; 2; 3; 4; 6; 8	

Quadro 12 – Programa de intervenção em infraestruturas

4.4 – Programa de Operações Silvícolas Mínimas

Parcelas	Área (ha)	Ano	Operações	Descrição
1; 2; 3; 8	480,35	2010	Corte de matos	Serão criadas faixas de gestão de combustíveis ao longo da rede secundária e terciária, com intervalos de 3 anos.
1; 2; 3; 8	480,35	2013	Corte de matos	
1; 2; 3; 8	480,35	2016	Corte de matos	
1; 2; 3; 4; 8	513,85	2019	Corte de matos	
1; 2; 3; 4; 6; 8	536,23	2022	Corte de matos	
1; 2; 3; 4; 6; 8	536,23	2025	Corte de matos	
1; 2; 3; 4; 6; 8	536,23	2028	Corte de matos	
1; 2; 3; 4; 6; 8	536,23	2031	Corte de matos	

Quadro 13 – Programas de Operações Silvícolas Mínimas

C – Calendário de Operações

Plano de Gestão Florestal - Herdade dos Deuses

Parcela	Povoamento
1	Sobreiro + Azinheira – Produção de Cortiça

2010	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
Instalação de povoamentos																									
Gradagem contínua	X				X				X				X				X				X				X
Marcação e Piquetagem	X																								
Ripagem	X																								
Armação em Vala e Cômoro	X																								
Plantação	X																								
Retancha		X																							
Adubação (Instaladas)	X																								
Condução de povoamentos																									
Podas de formação de fuste (Adensamento)						X										X									
Podas de formação de copa (Adensamento)																						X			
Podas sanitárias								X											X						
Desbaste (Adensamento)																		X							
Limpeza de envolventes	X				X				X				X				X				X				X
Fertilização	X				X				X				X				X				X				X
Instalação de tremocilha	X				X				X				X				X				X				X
Aplicação de calcário	X																								
Exploração																									
Extração de cortiça virgem																		X							
Extração de cortiça amadia				X											X										X
Renovação da ZCT												X													X
Ações de apoio à gestão da ZCT	X			X			X			X			X		X				X			X			X
Medidas de defesa																									
Operações Silvícolas Mínimas (DFCI)	X			X			X			X			X			X			X			X			X
Integração em PGF das medidas inscritas em DFCI				X																					
Instalação e beneficiação de infraestruturas																									
Beneficiação de infraestruturas	X				X				X				X				X				X				X
Outras																									
Revisão e retificação das intervenções do próximo quinquénio											X														

Parcela	Povoamento
2	Sobreiro – Produção de Cortiça

2010	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
Condução de povoamentos									X									X							
Podas de formação de fuste									X									X							
Podas de formação de copa															X										X
Podas sanitárias						X										X									
Desbaste												X													X
Limpeza de envolventes	X				X				X				X				X				X				X
Fertilização								X				X				X				X				X	
Instalação de tremocilha								X				X				X				X				X	
Aplicação de calcário								X				X				X				X				X	
Gradagem				X				X				X				X				X				X	
Exploração																									
Extração de cortiça virgem																			X						
Renovação da ZCT												X													
Ações de apoio à gestão da ZCT		X			X			X			X			X			X			X			X		
Medidas de defesa																									
Operações Silvícolas Mínimas (DFCI)	X			X			X			X			X			X			X			X			X
Integração em PGF das medidas inscritas em DFCI				X																					
Instalação e beneficiação de infraestruturas																									
Beneficiação de infraestruturas	X				X				X				X				X				X				X
Outras																									
Revisão e retificação das intervenções do próximo quinquénio											X														

Parcela	Povoamento
3	Sobreiro – Produção de Cortiça

	2010	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
Instalação de povoamentos																											
Gradagem contínua	X				X					X				X					X				X				X
Marcação e Piquetagem	X																										
Ripagem	X																										
Armação em Vala e Cômoro	X																										
Plantação	X																										
Retancha		X																									
Adubação (Instaladas)	X																										
Condução de povoamentos																											
Podas de formação de fuste (Adensamento)							X											X									
Podas de formação de copa (Adensamento)																								X			
Podas sanitárias									X											X							
Desbaste (Adensamento)																			X								
Limpeza de envoltentes	X				X					X				X					X				X				X
Fertilização	X				X					X				X					X				X				X
Instalação de tremocilha	X				X					X				X					X				X				X
Aplicação de calcário	X																										
Exploração																											
Extração de cortiça virgem																				X							
Extração de cortiça amadia				X											X										X		
Renovação da ZCT													X														X
Ações de apoio à gestão da ZCT	X			X			X				X			X		X				X			X				X
Medidas de defesa																											
Operações Silvícolas Mínimas (DFCI)	X			X			X				X			X			X			X			X				X
Integração em PGF das medidas inscritas em DFCI				X																							
Instalação e beneficiação de infraestruturas																											
Beneficiação de infraestruturas	X				X					X				X					X				X				X
Outras																											
Revisão e retificação das intervenções do próximo quinquénio													X														

Parcela	Povoamento
4	Sobreiro (com rega) – Produção de Cortiça

2010	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
Instalação de povoamentos																									
Gradagem contínua							X																		
Marcação e Piquetagem							X																		
Ripagem							X																		
Armação em Vala e Cômoro							X																		
Plantação							X																		
Retancha								X																	
Adubação (Instaladas)							X																		
Condução de povoamentos																									
Podas de formação de fuste													X										X		
Podas de formação de copa																								X	
Fertilização													X				X				X				X
Controlo de vegetação espontânea											X				X				X				X		
Limpeza de envolventes											X				X				X				X		
Exploração																									
Extração de cortiça virgem																					X				
Renovação da ZCT												X													
Ações de apoio à gestão da ZCT	X			X			X			X			X			X			X			X			X
Medidas de defesa																									
Operações Silvícolas Mínimas (DFCI)	X			X			X			X			X			X			X			X			X
Integração em PGF das medidas inscritas em DFCI				X																					
Instalação e beneficiação de infraestruturas																									
Beneficiação de infraestruturas	X				X				X				X				X				X				X
Outras																									
Revisão e retificação das intervenções do próximo quinquénio											X														

Parcela	Povoamento
6	Sobreiro (com rega) – Produção de Cortiça

2010	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
Instalação de povoamentos																									
Gradagem contínua											X														
Marcação e Piquetagem											X														
Ripagem											X														
Armação em Vala e Cômoro											X														
Plantação											X														
Retancha												X													
Adubação (Instaladas)											X														
Condução de povoamentos																									
Podas de formação de fuste																	X								
Podas de formação de copa																									
Fertilização															X				X				X		
Controlo de vegetação espontânea															X			X				X			
Limpeza de envolventes															X			X				X			
Exploração																									
Extração de cortiça virgem																									X
Renovação da ZCT												X													
Ações de apoio à gestão da ZCT	X			X			X			X			X			X			X			X			X
Medidas de defesa																									
Operações Silvícolas Mínimas (DFCI)	X			X			X			X			X			X			X			X			X
Integração em PGF das medidas inscritas em DFCI				X																					
Instalação e beneficiação de infraestruturas																									
Beneficiação de infraestruturas	X				X				X				X				X				X				X
Outras																									
Revisão e retificação das intervenções do próximo quinquénio											X														

Parcela	Povoamento
8	Sobreiro – Produção de Cortiça

2010	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
Instalação de povoamentos																									
Gradagem contínua	X				X				X				X				X				X				X
Marcação e Piquetagem	X																								
Ripagem	X																								
Armação em Vala e Cômoro	X																								
Plantação	X																								
Retancha		X																							
Adubação (Instaladas)	X																								
Condução de povoamentos																									
Podas de formação de fuste (Adensamento)							X										X								
Podas de formação de copa (Adensamento)																					X				
Podas sanitárias								X											X						
Desbaste (Adensamento)																		X							
Limpeza de envolventes	X				X				X				X				X				X				X
Fertilização	X				X				X				X				X				X				X
Instalação de tremocilha	X				X				X				X				X				X				X
Aplicação de calcário	X																								
Exploração																									
Extração de cortiça virgem																			X						
Extração de cortiça amadia				X										X										X	
Renovação da ZCT												X													X
Ações de apoio à gestão da ZCT	X			X			X			X			X		X				X			X			X
Medidas de defesa																									
Operações Silvícolas Mínimas (DFCI)	X			X			X			X			X			X			X			X			X
Integração em PGF das medidas inscritas em DFCI				X																					
Instalação e beneficiação de infraestruturas																									
Beneficiação de infraestruturas	X				X				X				X				X				X				X
Outras																									
Revisão e retificação das intervenções do próximo quinquénio											X														

D – Anexos